



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 49/XIII/ 2.ª SL

Aos vinte dias do mês de setembro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 47 e 48/XIII/1.ªSL;
2. Apreciação e votação do relatório referente à iniciativa COM(2016)279 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Turquia)
Relator: Deputado João Vasconcelos (BE)
3. Projeto de Relatório de Atividades referente à 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura;
4. Projeto de Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura;
5. Carta/resposta enviada pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional – “Estudos sobre a eventual utilização da Base Aérea n.º 6 pela aeronáutica civil”;
6. Informações;
7. Outros assuntos.

Aberta a reunião, pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foram apreciadas e submetidas a votação as atas n.ºs 47 e 48/1ª/XIII, tendo sido aprovadas por unanimidade.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) apresentou então relatório referente à iniciativa COM(2016)279 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Turquia).

Intervieram no debate que se seguiu os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP), Pedro Roque (PSD), João Soares (PS) e Miranda Calha (PS), para concordarem com o conteúdo do

relatório, e o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que afirmou não concordar com o tratamento deste assunto na CDN, dizendo que subjacentes às alterações propostas a este regulamento estão as contrapartidas pelo bloqueio, por parte da Turquia, dos refugiados que querem chegar à União Europeia (UE), recordando, por outro lado, os ataques à democracia e à liberdade que se têm verificado neste país, o que, para além da sua atuação a nível internacional, designadamente a obstrução do apoio humanitário à Síria, a compra de petróleo ao Daesh, o ataque ao avião militar russo ou os ataques às forças curdas que estão a combater o Daesh, fazem com que tenha grandes objeções à aprovação do relatório.

Recentrada a discussão no objeto do relatório e manifestada preocupação pela situação que se vive na Turquia - em relação ao qual, na opinião do Senhor Deputado Pedro Roque (PSD), por ser um país aliado situado numa região sob grande agitação e com o qual mantemos excelentes relações, é aconselhável manter algumas cautelas; tendo o Senhor Deputado João Soares (PS) sugerido que se debatesse o assunto, atendendo à perda do papel de pacificador do Médio Oriente e à deriva autocrática que está a ocorrer, para o que também concorre a falta de política externa da UE -, o Relator manifestou igualmente suas preocupações sobre a situação, que deve ser debatida, uma vez que a Turquia é membro da NATO e pretende entrar na UE.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP e contra do PCP.

No ponto referente ao Projeto de Relatório de Atividades referente à 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura, o Senhor Presidente procedeu à inventariação sucinta das atividades desenvolvidas pela Comissão durante a Sessão Legislativa que terminou, após o que o documento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Quanto ao Projeto de Plano de Atividades para a 2.ª Sessão legislativa da XIII Legislatura, que tinha sido apresentado na reunião anterior, o Senhor Presidente informou que o ponto IV (Visitas de e ou a Comissões Congéneres: prevê-se a visita a e de uma Comissão Congénere) não continha qualquer proposta, sugerindo que o assunto fosse articulado com o Governo, pela necessária convergência em matéria de soberania, e debatido em reunião de Mesa e Coordenadores.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) aproveitou para solicitar informação acerca da data da visita ao Regimento de Comandos, pois é necessário dar um sinal político em relação aos recentes acontecimentos. Expressou ainda a sua preocupação acerca da substituição das corvetas da Marinha e sugeriu uma visita aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), onde estão a ser construídos dois NPO. Solicitou que a votação do projeto de Plano de

Atividades fosse adiado, o que obteve o consenso dos presentes, devendo ser agendado para a reunião seguinte.

O Senhor Presidente deu nota de que já foi transmitida ao Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) a intenção de visitar os Comandos e, posteriormente, as outras forças especiais, tendo sido proposta a data de 18 de outubro.

Quanto à visita aos ENVC, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) lembrou que se trata de uma empresa privada. No entanto, e lembrando a visita que o Senhor Ministro da Defesa Nacional (MDN) fez à Embraer em Évora e na qual participaram membros da CDN, o Senhor Presidente entende que pode ser incluída nas visitas a efetuar, devendo ser o assunto acertado na reunião de Mesa e Coordenadores.

No que se refere ao ponto dedicado à Carta/resposta enviada pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional – “Estudos sobre a eventual utilização da Base Aérea n.º 6 pela aeronáutica civil”, o Senhor Presidente chamou a atenção para os últimos parágrafos da página 2, que confirmam as preocupações da CDN acerca da questão de saber se a Força Aérea fica salvaguardada num acordo com uma entidade concessionária, pelo que lhe parece ser oportuno suscitar a questão e eventualmente a marcação de uma reunião com o MDN ou com o Secretário de Estado da Defesa, sugerindo que o assunto seja discutido na reunião da Mesa e Coordenadores. Sublinhou ainda que a CND não obteve resposta da ANA/VINCI ao pedido de informações que lhe foi solicitado, o que é incompreensível, atendendo a que, institucionalmente, as entidades concessionárias devem ter a obrigação de prestar informações ao Estado.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) considera que a carta, embora sucinta, causa alguma preocupação, designadamente quando se refere à necessidade de efetuar avultados investimentos, o que pode inviabilizar a continuação da utilização militar da Base e a obrigar à transferência para outras bases, pelo que a CDN deve continuar a monitorizar a situação. Por outro lado, considera lamentável a falta de resposta por parte dos privados.

O Senhor Deputado João Soares (PS) concorda com a obrigação da prestação de informação pelos concessionários mas, quanto à utilização da Base n.º 6 como complemento ao Aeroporto de Lisboa, reafirmou a posição já transmitida em reuniões anteriores, designadamente quanto à opinião de que o Aeroporto de Lisboa ainda não estar esgotado, à falta de condições de infraestruturas e de transportes para a adoção da solução Montijo e à preferência por outra localização com maiores vantagens, como seria Alverca.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) considerou importante manter o Aeroporto de Lisboa, mas que deve continuar a procura por soluções para aeroportos complementares e saber, numa discussão séria, o que é que mais interessante para o país, sem esquecer o acompanhamento da questão do impacto da decisão, caso a escolha recaia no Montijo, no que diz respeito às Forças Armadas, designadamente à Força Aérea, mas também à Marinha. Entende que a opção pelo Montijo tem vantagens, até pelas acessibilidades e custos, mas defende que ao processo seja transparente e que a CDN tenha acesso às informações necessárias à prossecução das suas competências. Por outro lado, entende que o interlocutor da CDN deve ser o Governo e que atitude dos privados pode ser justificada pelo facto de estarem a decorrer negociações.

O Senhor Deputado Antóbio Carlos Monteiro (CDS-PP) estranhou a pouca transparência do processo e a razão da falta de envio de mais informações pelo Governo que permitam perceber o que vai fazer. Defendeu ainda que numa decisão deste tipo sejam envolvidas as autarquias, a sociedade e as empresas e questionou se o Governo pretende alterar o programa de infraestruturas.

O Senhor Presidente informou que vai solicitar ao MDN o envio de um relatório referido na carta e que foi elaborado por um grupo de trabalho constituído para estudar a viabilidade da conversão da Base Aérea n.º 6 ao tráfego civil, que está em análise e que prevê essa utilização enquanto aeroporto complementar de Lisboa, o que impõe diversos constrangimentos.

A reunião foi encerrada às 16:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de setembro de 2017.

O PRESIDENTE

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Clara Marques Mendes
Diogo Leão
Firmino Pereira
Idália Salvador Serrão
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Jorge Machado
Marco António Costa
Miguel Coelho
Miranda Calha
Pedro Roque
Rosa Maria Bastos Albernaz
Teresa Morais
António Eusébio

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
José de Matos Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Miguel Medeiros
Pedro Filipe Soares
Vitalino Canas